

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

PROCESSO: 32050/2008

ASSUNTO: Representação

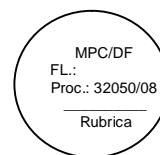
PARECER: 475/2018-CF

EMENTA: Ofício 439/2008-PG-MPC/DF. Irregularidades no uso da marca BRB. Relação entre o BRB S/A e as entidades Cartão BRB, Seguros BRB, Saúde BRB – Caixa de Assistência e Regius. Auditoria. Diligências. Reiteração parcial. Cumprimento. Corpo Técnico pelo arquivamento. MPC/DF aquiesce.

Iniciaram os autos com o Ofício 439/2008-PG-MPC/DF, no qual foram solicitadas providências para esclarecer as relações existentes entre o BRB S.A e as entidades Cartão BRB, Seguros BRB, Saúde BRB – Caixa de Assistência e Regius.

2. A fiscalização realizada encontra-se materializada no Relatório de Auditoria 4/2009 (fls. 464-509). Em decorrência, o Tribunal, por meio da **Decisão 4902/2014**, resolveu:

III – determinar ao Banco de Brasília S.A. que: a) quanto ao objeto do Convênio 01/2002, esclareça as providências adotadas para formalizar a cessão de área para funcionamento da BRB Saúde, bem como rever a gratuidade dessa cessão, se já não o fez; b) relativamente à contratação de seguro de vida em grupo objeto do Convênio DIRAT/DESEG 2005/146, esclareça as bases legais que sustentaram o custeio de 50% das despesas com aposentados e ex-empregados após a unificação das apólices desses com a dos empregados ativos; c) informe as providências adotadas para se ressarcir das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008, de que se apropriou a Cartão BRB; IV – informar ao Banco de Brasília que, com a reorganização societária, é possível a contratação direta da BRB Seguros, agora controlada do Banco por intermédio da Cartão BRB, com fulcro no art. 24, XXIII, da Lei de Licitações, para suprir objeto do Convênio 2005/146 (seguro de vida em grupo), observada a compatibilidade de preços com os de mercado; V – autorizar a audiência dos responsáveis nomeados no parágrafo 243 do Relatório de Auditoria (fls. 506), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as justificativas que tiverem pela prática de ato antieconômico e com grave infração à norma legal na alienação de ações da Visanet à Cartão BRB (item 3.1 do Relatório de Auditoria);



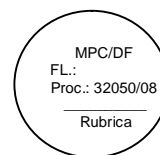
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

3. Posteriormente, após examinar as manifestações apresentadas, mediante a **Decisão 5559/2015** (fl. 1256), entre outras deliberações o Tribunal decidiu:

II – considerar insatisfatório o atendimento da diligência contida no item III, alíneas "a", "b" e "c", da Decisão nº 4902/2014; III – no mérito, considerar procedentes as razões de justificativa dos responsáveis nominados nos §§ 31, 42, 52, 68, 78, 84 e 94 da Informação nº 18/2015 – DIAUD1, dando-lhes ciência desta decisão; IV – reiterar a determinação constante no item III da Decisão nº 4902/2014, para que o BRB S.A., no prazo de 30 (trinta) dias: a) esclareça as providências para regularizar a cessão de área para funcionamento da BRB Saúde, objeto do Convênio 01/2002 (fls. 125-128), sito ao SRTV/SUL, Q. 701, conjunto "L", Bloco 01, Loja 82, Térreo, Ed. Centro Empresarial Assis Chateaubriand (542,32m²), incluindo as nove vagas de garagem situadas no subsolo, bem como rever a gratuidade dessa cessão; b) relativamente à contratação de seguro de vida em grupo objeto do Convênio DIRAT/DESEG 2005/146, esclareça as bases legais que sustentaram o custeio de 50% das despesas com aposentados e ex-empregados após a unificação das apólices desses com a dos empregados ativos; c) adote providências para ressarcir-se das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008, de que se apropriou a Cartão BRB; d) apresente cópia da Apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 930.0110.0000037.01 ou documento afim, com cláusula discriminando o custeio por parte dos empregados ativos e afastados, daqueles aposentados e ex-empregados;

4. Em seguida, ao analisar o atendimento das diligências reiteradas, o Tribunal exarou a **Decisão 4120/2016** (fl. 1350):

II – considerar: a) parcialmente satisfatório o atendimento do item III, alínea "a", da Decisão n.º 4902/2014, reiterado pelo item IV, alínea "a", da Decisão n.º 5559/2015; b) satisfatório o cumprimento do item III, alínea "b", da Decisão n.º 4902/2014, e "b" e "d" da Decisão n.º 5559/2015; c) insatisfatório o atendimento do item III, alínea "c", da Decisão n.º 4902/2014, reiterado pelo item IV, alínea "c", da Decisão n.º 5559/2015; III – determinar ao Banco de Brasília - BRB S.A. que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) remeta à Corte comprovantes da adequação aos preços de mercado do valor ajustado a teor do Contrato de Locação n.º 68/2016 (folhas 1.316 a 1.322) e do Processo n.º 041.000.098/2016; b) esclareça quais medidas foram adotadas com a finalidade de minimizar os prejuízos decorrentes da cessão gratuita do imóvel sito no SRTV/SUL, Q. 701, conjunto "L", Bloco 01, Loja 82, Térreo e garagens localizadas no subsolo do Ed. Centro Empresarial Assis Chateaubriand (542,32m²), Brasília/DF, à entidade privada, no período de junho de 2002 a março de 2016 (anterior ao contrato de locação noticiado); c) certifique-se da integridade das informações contidas na Nota Técnica GECIT – 2015/008, adotando providências para ressarcir-se das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

indevidamente à Cartão BRB pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008, encaminhando a esta Corte a documentação probatória das medidas efetivamente adotadas no mesmo prazo;

5. Na última assentada, por meio Decisão 5006/2017 (fl. 1492), o Tribunal decidiu:

II – considerar: a) satisfatório o atendimento do item III, alíneas “a” e “b” da Decisão nº 4120/2016; b) insatisfatório o atendimento do item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016; III – reiterar a determinação do item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016¹, fixando novo prazo de 30 (trinta) dias para que o Banco de Brasília S.A. adote as providências cabíveis; IV – alertar os dirigentes do BRB – Banco de Brasília S.A. sobre a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/1994, em caso de descumprimento de deliberação desta Corte;

6. O BRB S/A tomou conhecimento do inteiro teor da deliberação plenária por meio do Ofício 8837/2017-GP, em 26/10/2017 (fl. 1493). Tempestivamente, em 24/11/2017, manifestou-se mediante os Ofícios PRESI 2017/107 e 116 (fls. 1494/1496), esclarecendo:

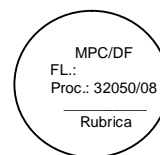
2. Em atendimento à determinação contida na Decisão nº 4120/2016, item III, alínea “C”, informamos que o BRB concluiu a etapa do trabalho acerca da integridade das informações contidas na Nota Técnica Gecit - 2015/008 e identificou que o montante a ser ressarcido ao BRB pela Cartão BRB, corrigido pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), perfaz o total de R\$ 19.142.407,61 (dezenove milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e um centavos).

3. Nesse contexto, informamos que o BRB adotou as providências internas com a finalidade de ressarcir-se do montante, conforme se observa da CARTA DISEP/SUSEB/GAC - 2017/087 Brasília, 24 de novembro de 2017 (anexa), que contempla a evidência do lançamento contábil registrado.

7. Como se vê, noticiou ainda que o valor devido pela Cartão BRB foi ressarcido ao BRB S/A no dia 24/11/2017, com a quitação efetiva do débito, conforme registro de Lançamento Contábil nº 100525302 indicado na CARTA DSEP/SUSEB/GEACAC — 2017/087.

¹ III – determinar ao Banco de Brasília - BRB S.A. que, no prazo de 30 (trinta) dias: (...)

c) certifique-se da integridade das informações contidas na Nota Técnica GECIT – 2015/008, adotando providências para ressarcir-se das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas indevidamente à Cartão BRB pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

8. Nesta etapa, então, a Unidade Técnica examinou o cumprimento da diligência contida no item III da Decisão 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão 4120/2016, cabendo, assim destacar:

Análise

8. Como se verifica nas informações encaminhadas à Corte por meio dos Ofícios PRESI 2017/107 e 116 (fls. 1494/1496), o BRB S/A adotou providências para o ressarcimento das taxas de intercâmbio resultantes das operações de débito pagas indevidamente à Cartão BRB pelas empresas gestoras das redes Visa Eletron e Maestro, anteriores ao exercício de 2008. Como resultado, houve o efetivo ressarcimento aos cofres do Banco do montante de R\$ 19.142.407,61, conforme comprovante anexado aos referidos expediente.

9. Assim, poderá o egrégio Plenário considerar satisfatório o atendimento no item III da Decisão nº 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016.

10. As sugestões foram nos seguintes termos:

- I. tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1493/1498 e da presente instrução (fls. 1499/1504);
- II. Considerar atendido o item III da Decisão nº 5006/2017, que reiterou o item III, alínea “c”, da Decisão nº 4120/2016;
- III. autorizar o arquivamento dos autos, bem como o seu retorno à SEAUD para adoção das providências de estilo.

11. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer que, considerando que todas as audiências e diligências prescritas pela Corte encontram-se exauridas, aquiesce às considerações e sugestões alvitadas pela Unidade Técnica, podendo o Plenário autorizar o arquivamento dos autos.

É o parecer.

Brasília-DF, 18 de maio de 2018.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral